

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE PLANOS DE SAÚDE

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58 da Constituição Federal e demais disposições regimentais, sejam convocados os Senhores e Senhoras **Wilson Martins Marques, Reginaldo Czezacki, Newton Rangel Marques, Arlete da Luz Aparecida Rodrigues, Mônica Moura Marques**, proprietários e ex-proprietários da **CLINIPREV LTDA**, bem como **Nilson Martins Marques, Antônio Aparecido Saganski** que juntamente com Wilson Martins Marques e Reginaldo Czezacki, já referidos, são proprietários da **PREVER SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA**, para prestar informações a esta Comissão sobre as atividades das referidas empresas, bem como a possível prática de crime contra a economia popular e a ordem econômica.

JUSTIFICAÇÃO

As empresas referidas comercializam os “Planos Prever Master e Assistencial” que engloba os serviços de ambulância, objetos de convalescência, consultas médicas, exames laboratoriais, odontologia, conforme se pode depreender do informativo SISTEMA PREVER, à disposição desta Comissão. Tais planos já foram objeto de denúncias no PROCON de Maringá, o qual apurou que efetivamente

as empresas comercializam “serviços na área de planos de saúde sem a devida autorização da autoridade competente, atitude esta, que como vimos anteriormente, contraria a Lei nº 9.656/98”. (Proc. Nº 266/00 – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, p 17) .

Além dos serviços diretamente ligados à assistência à saúde, incluem no rol de ofertas aos consumidores/usuários, descontos em vídeos locadoras, assistência funerária, dentre outros.

O material publicitário disponível sugere o valor de R\$ 17,00 (dezessete reais) mensais para toda a família, o que efetivamente caracteriza valor insuficiente para a prestação dos serviços oferecidos.

Por conseguinte, poder-se-ia depreender que o Plano de Saúde ou de assistência, em verdade, comercializa “descontos” por serviços, em rede conveniada, o que caracterizaria evidente burla à Lei nº 9.656/98, constituindo-se crime contra a economia popular.

Sala da Comissão,

Deputado **DR. ROSINHA**
PT/PR